

# Igualdade de oportunidades, oferta educativa e financiamento

## Paulo Pedrosa\* Democratização do trabalho

■ A educação conviveu mal com a democratização. São populares, mesmo nas elites sociais, as concepções neoliberais que associam as estratégias reais de democratização a dois termos fortemente pejorativos: o “eduquês” e o “facilitismo”, para desvalorizar as pedagogias, estigmatizar a inovação no desenvolvimento curricular e na avaliação das aprendizagens.

Portugal geriu mal, também, a relação entre a educação e o trabalho. A evolução tecnológica, as transformações organizacionais e o desenvolvimento da sociedade do conhecimento requerem da escola que participe ativamente da socialização para o trabalho, de todos e para todos os tipos de trabalho. A boa escola educa para o trabalho, educa pelo trabalho e prepara para a profissão.

O trabalho é uma atividade - de produção de um bem, de prestação de um serviço ou de desempenho de uma função - com utilidade social e valor económico, desempenhado com recursos a uma tecnologia e num contexto organizacional determinado.

Educar para o trabalho é educar todos para os requisitos de um desempenho profissional, nas atitudes, no domínio das tecnologias e na socialização para os contextos organizacionais em que ocorre, o que implica, conhecer hierarquias, colocar-se em relações verticais e horizontais em processos colaborativos.

Educar pelo trabalho é educar todos pela criação de atividades que se finalizem na produção de algo com utilidade social e valor económico. Implica aprender que essa finalização com sucesso, num tempo preciso e com qualidade adequada, é condição de sucesso.

Aprender uma profissão corresponde a obter as competências necessárias ao desempenho de uma atividade específica. Cada um terá que, numa sequência de aprendizagens adequadas, aprender a sua ou as suas profissões.

A escola democrática devia incorporar essas três dimensões.



Debate “Comprender os sistemas educativos implica reconstituir a interação entre uma grande diversidade de movimentos, ao longo dos tempos”, diz Pedro Abrantes

Mas aquilo que o neolibertismo nos propõe é a redução da relação entre educação e trabalho à aprendizagem de certas profissões e o reforço da relação entre ensino vocacional e percursos de insucesso educativo, apostando agora num ensino vocacional básico e secundário e num ensino superior de curta duração, que propagam a ideia de que aprender uma profissão é destino de quem “não aprende”.

Quem hoje comanda a educação parece não ter aprendido nada com os desafios que o século XX trouxe quer a esta quer ao trabalho. ■

\* Professor Auxiliar Convidado do ISCTE-IUL, Ministro do Trabalho e da Solidariedade em 2001-2002

## José Castro Caldas\* O cheque-ensino: história de uma ideia tóxica

■ Muito embora para economistas neoliberais como Milton Friedman e Friedrich Hayek a justiça social fosse uma miragem, o que tornou, e torna ainda, apelativa uma das suas mais famosas propostas práticas - o cheque ensino - é a ideia de que esse cheque é

um passaporte dos filhos das famílias pobres para boas escolas privadas frequentadas por crianças endinheiradas.

A proposta nascida da imaginação de Milton Friedman nos anos 50 do século passado tem vindo desde então, como muitas outras ideias do mesmo autor, a fazer um caminho longo, mas seguro, para a concretização política. Casos notórios de adoção do cheque ensino incluem o Chile de Pinochet, na década de 1980, a Suécia pós social-democrata, em 1991, e diversos estados Norte Americanos.

Recentemente, em outubro de 2013, “a liberdade de escolha” as “escolas independentes” e o cheque ensino emergiram no Guião Para a Reforma do Estado aprovado pelo governo de Portugal, como novidade inesperada: “Trata-se... de convidar... a comunidade dos professores a organizar-se num projeto de escola específico, de propriedade e gestão dos próprios professores, mediante a contratualização com o Estado do serviço prestado e do uso das instalações... o Governo deve preparar a aplicação do chamado “cheque ensino”, como instrumento de reforço da liberdade de escolha das famílias sobre a escola que querem para os seus filhos”.

Passados três meses deste anúncio de intenção de reforma, a OCDE divulgava os resultados do inquérito PISA referente a 2012. Nesse estudo, a Suécia surgia como o mais notório dos casos de regres-

O título deste artigo integra um conjunto de questões e preocupações que, neste momento, têm uma presença relevante e quase permanente no debate público sobre educação. Pelas três breves sínteses que se seguem vemos como, sob perspetivas diversas mas fundamentadas, o tema pode ser encarado. Foi este o ponto de partida do debate que, no dia 27 de fevereiro, teve lugar no Instituto Alemão de Lisboa, com o amável apoio da Fundação Friedrich Ebert e do Goethe Institut

em contraste com um desalinhamento dos restantes. Esta aliança, enquanto cria um lucrativo “mercado educativo”, convertendo alunos, professores e saberes em bens comercializáveis, visa também uma escola (re)produtora e legitimadora da ordem e das hierarquias sociais. Como se caracteriza esta estratégia e como se pensa uma alternativa? Aponto aqui três dimensões.

O financiamento da educação, questão muitas vezes considerada administrativa, é uma dimensão central das políticas sociais e educativas. Temos oscilado entre uma gestão paritária, sob o princípio do igual para todos, e uma gestão discricionária, permeável a lógicas mais perversas. Uma educação que promova a democracia e o desenvolvimento implica mecanismos compensatórios (que dê mais aos que menos têm) e participativos (em que as comunidades educativas se envolvam, de forma democrática, na gestão financeira).

Quanto aos percursos educativos, a política vigente propõe um retorno ao modelo anacrónico de reprovações em massa e de segregação social e educativa dos alunos, desde uma idade precoce, por escolas, turmas e vias de ensino desiguais. A democracia, a justiça e o desenvolvimento necessitam de um sistema flexível e inclusivo, mais centrado nos alunos e no seu trabalho, menos nas classificações e hierarquias, que permita diferentes percursos, enquanto promove a integração interclassista e intercultural.

Por fim, a política atual baseia-se no princípio de que a missão das escolas e dos professores é “dar a matéria”, entendida como transmissão de um conjunto prescritivo de conteúdos uniformes, descontextualizados e indiscutíveis, ao arripio de vivermos em sociedades plurais e em transformação, o que supõe cidadãos e trabalhadores participativos, reflexivos, criativos, autónomos... Currículos abertos, narrativos e situados parecem mais capazes de promover a democracia e o desenvolvimento, desde o nível local ao nacional e internacional. ■

\* Sociólogo, Professor da Universidade Aberta e Investigador do ISCTE-IUL

são dos rankings de desempenho dos alunos.

As escolas independentes e o cheque-ensino estão a chegar a Portugal no preciso momento em que o fracasso das experiências internacionais se está a revelar dando origem a um reforço das posições favoráveis à reversão das reformas neoliberais no campo do ensino. Estas experiências, contrariamente às promessas de igualdade de oportunidades, parecem oferecer como resultado paradoxal, uma crescente fragmentação social, cultural e étnica dos sistemas de ensino, a que acresce uma degradação da qualidade e dos resultados educativos dos sistemas. ■

\* Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

## Pedro Abrantes\* Novas metamorfoses de um velho debate

■ Compreender os sistemas educativos implica reconstituir a interação entre uma grande diversidade de movimentos, ao longo dos tempos. A linha atualmente no governo resulta do peculiar alinhamento entre interesses empresariais e conservadores,

### CONTACTOS

pedagogicasinquietacoes@gmail.com  
inquietacoespedagogicas.blogspot.pt  
www.facebook.com/InquietacoesPedagogicas